

ANÁLISE DO DISCURSO DOS ATORES DE INTERESSE FRENTE À POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO DA ÁREA PETROLÍFERA EQUATORIAL BRASILEIRA

Guilherme Wehb Syrkis,
Prof. Marilin Mariano dos Santos
Prof. Edmilson Moutinho dos Santos
Prof. André Felipe Simões
Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Universidade de São Paulo (USP),
+ 55 21 974373319, syrkis@usp.br

Resumo

Este artigo analisa os discursos públicos no debate sobre a exploração petrolífera na Margem Equatorial e os compromissos da transição energética global, com foco na perspectiva geopolítica e no período que se estende do início do terceiro mandato do Presidente Lula em 2023 até o momento presente. Investigamos as narrativas adotadas pelos diferentes atores de interesse no Brasil sobre os planos para exploração de petróleo e gás natural com as obrigações decorrentes do Acordo de Paris e outras questões ambientais. A discussão sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial do Brasil em 2023 se revelou um campo de batalha político, refletindo o complexo equilíbrio entre ambições econômicas, compromissos ambientais, soberania nacional e a dinâmica das relações internacionais. A divisão interna no governo Lula de reforçar o interesse os leilões de blocos exploratórios na região principalmente na Foz do Amazonas, com o objetivo de ampliar a produção nacional de petróleo e gás, foi interpretada como uma estratégia para reforçar a posição do Brasil no cenário geopolítico global como um dos grandes produtores de hidrocarbonetos. Este movimento, contudo, encontrou forte oposição de ambientalistas e setores da sociedade civil, que argumentavam que tal expansão contradizia os compromissos climáticos do país, defendendo, em vez disso, um foco maior no desenvolvimento de energias renováveis também representa uma vantagem competitiva geopolítica para o país. O objetivo deste artigo é escrutinar os discursos públicos e as dinâmicas geopolíticas envolvendo a exploração petrolífera na Margem Equatorial brasileira, no contexto dos compromissos da transição energética global. Ele pretende responder à pergunta de como as narrativas dos diferentes atores de interesse no Brasil—que incluem a Petrobras, Ibama, Governo Federal, Congresso Nacional, ambientalistas e setores da sociedade civil—se posicionam em relação aos planos de exploração de petróleo e gás natural, considerando as obrigações do Acordo de Paris e outras questões ambientais. Este artigo oferece uma contribuição significativa à academia ao elucidar as complexidades das interações geopolíticas e ambientais na exploração petrolífera na Margem Equatorial brasileira, enriquecendo o diálogo sobre sustentabilidade, política energética e relações internacionais.

Métodos

O estudo aplicará uma metodologia dupla, que integra uma pesquisa documental com análise de discurso. Assim será realizada uma revisão de publicações acadêmicas na área de relações internacionais e energia, documentos oficiais, falas públicas, entrevistas e relatórios de organizações não governamentais, com uma análise qualitativa de discursos de stakeholders chave, incluindo representantes do governo, diplomatas, parlamentares, representantes do setor de energia como a Petrobras, instituições do terceiro setor e academia. A análise de discurso usará a metodologia desenvolvida pelo teórico Maarten Hajer (1995) e aprimorada por Bruna Amorim, B. E. D. (2023) para identificar e sistematizar as diferentes visões do debate político. Esta abordagem permite uma compreensão profunda das narrativas adotadas pelo Brasil em relação à diplomacia energética e ambiental durante este período crítico.

Resultados

A discussão sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial do Brasil, a partir de 2023, transformou-se em um campo de batalha político, evidenciando o delicado equilíbrio entre ambições econômicas, compromissos ambientais, soberania nacional e a complexidade das relações internacionais (Câmara dos Deputados, 2023). A divisão interna no governo de Lula destacou a predominância do interesse nos leilões de blocos exploratórios na região, especialmente na Foz do Amazonas, visando aumentar a produção nacional de petróleo e gás. (Souza Pereira & Shimabukuro, 2023). Esse esforço, no entanto, enfrentou resistência significativa de ambientalistas e setores da sociedade civil, que argumentaram que tal expansão contradizia os compromissos climáticos internacionais do Brasil. Adicionalmente, foi sugerido um foco maior no desenvolvimento de energias renováveis como uma estratégia para mitigar a vulnerabilidade do país às flutuações do mercado de petróleo, destacando a importância de reduzir a dependência econômica desse recurso, conforme discutido por Silva (2018).

A exploração na Margem Equatorial também provocou tensões com a França, devido à proximidade com a Guiana Francesa, suscitando preocupações sobre possíveis impactos ambientais e a segurança regional. (IBAMA, 2023) Essa situação destaca a complexidade das relações diplomáticas envolvidas na exploração de recursos naturais em áreas estratégicas. Adicionalmente, a retomada da exploração foi interpretada por alguns analistas como uma tentativa do Brasil de equilibrar a crescente influência da China na América do Sul, por meio de seus investimentos em infraestrutura e exploração de recursos naturais, sublinhando a necessidade de uma abordagem diplomática atenta ao equilíbrio de poder regional, conforme analisado por Iasco-Pereira e Libânio (2023).

A viabilidade econômica dessa exploração, considerando a transição energética global, também foi questionada. Críticos apontaram o risco de os novos investimentos em petróleo se tornarem ativos ociosos, enfatizando a urgência de adotar fontes de energia

mais limpas e sustentáveis, uma visão que encontra ressonância nas análises de Góes (2021) sobre a geopolítica da energia no século XXI. Esse debate ilustra a tensão entre necessidades econômicas imediatas e imperativos ambientais de longo prazo, ressaltando os desafios enfrentados por países ricos em recursos naturais no Antropoceno.

Conclusões

Em conclusão, a exploração petrolífera na Margem Equatorial brasileira em 2023 é um exemplo emblemático dos dilemas que emergem no cruzamento entre geopolítica, soberania, economia e sustentabilidade ambiental. O Brasil, ao navegar por essas águas turbulentas, busca afirmar sua soberania e fortalecer sua posição geopolítica, enquanto enfrenta pressões internas e externas para alinhar suas políticas energéticas com as metas climáticas globais. Este caso ilustra a complexidade de equilibrar desenvolvimento econômico e compromissos ambientais em um mundo em transição, oferecendo contribuições para a literatura sobre geopolítica da energia e diplomacia ambiental.

Referências bibliográficas

Amorim, B. E. D. (2023). O debate ambiental no Brasil sob a luz da Análise do Discurso: soberania, desenvolvimento e agroliberalismo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Camara dos Deputados. (2023, Maio 31). Intenção de explorar petróleo e gás na foz do Rio Amazonas [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=NfVc2InVaDA&t=1092s>

de Souza Pereira, P. A., & Shimabukuro, F. M. C. (2023). Os Desafios da Exploração e Produção de Petróleo e Gás na Bacia da Foz do Amazonas para o Engenheiro de Produção.

Góes, G. S. (2021). A geopolítica da energia do século XXI. Synergia.

Hajer M, Versteeg W. A decade of discourse analysis of environmental politics: achievements, challenges, perspectives. *Journal of Environmental Policy and Planning*. 2005; (7) 3: 175-184.

Hall A. *Developing Amazonia: Deforestation and Social Conflict in Brazil's Carajás Programme*. Manchester: Manchester University Press; 1991.

Iasco-Pereira, H. C., & Libânio, G. (2023). Investimentos externos diretos da China no Brasil: a presença de empresas chinesas na economia brasileira nos séculos XX e XXI. *Revista de Economia Contemporânea*, 27, e232721.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. (2023). Despacho da Presidência sobre a negação de licença de perfuração na Bacia da Foz do Amazonas. https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas/sei_ibama-15786950-despacho-presidente.pdf

Meio Ambiente e Desenvolvimento. (2023, Maio 31). Intenção de explorar petróleo e gás na foz do Rio Amazonas [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=NfVc2InVaDA&t=1092s>

Silva, F. D. P. F. (2018). Vulnerabilidade dos países exportadores de petróleo à própria riqueza: O caso dos países-membros da OPEP.